

Apoiar a luta de TIMOR LESTE



Pacheco Pereira com Xanana Gusmão, em Missão do PE

José Pacheco Pereira, na sua qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Europeu chefiou a missão parlamentar a Timor-Leste, tendo-se avistado em Djacarta com o Comandante Xanana Gusmão.

Carta da Europa dá nota da Missão em que participou também, Carlos Costa Neves e publica as intervenções que ambos fizeram na Sessão Plenária de Estrasburgo e a Resolução que o PE aprovou.

texto na pág. 4

PSD marca posição no PE !

Os Deputados do PSD destacaram-se na eleição, pelos seus pares, para diversos cargos e funções que provam a força e o prestígio da delegação portuguesa no seio do PPE e do próprio Parlamento.

De realçar, desde já as seguintes eleições/designações:

José Pacheco Pereira:

Vice-Presidente do Parlamento Europeu

Vasco Graça Moura

1º Vice-Presidente da Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação Social e os Desportos

Arlindo Cunha

Coordenador-Adjunto do PPE na Comissão das Pescas

Relator da Comissão de Agricultura para as negociações da Ronda do Milénio da Organização Mundial do Comércio

Carlos Costa Neves

2º Vice-Presidente da delegação parlamentar para as relações com o ASEAN

De destacar o facto de Pacheco Pereira na eleição para Vice-Presidente ter obtido mais votos do que o socialista Luis Marinho (que já ocupava essas funções no anterior mandato).

Prémio Sakharov para XANANA

Iniciativa dos Deputados portugueses

pág. 8

Nova Comissão Europeia

Intervenção de Pacheco Pereira

pág. 7

Exame de António Vitorino

Pergunta de Carlos Coelho

pág. 3

Contacte o seu Deputado

Lista dos Deputados do PSD

pág. 8

Arlindo Cunha critica Agenda 2000



O Deputado **Arlindo Cunha**, usou da palavra no debate de avaliação da Presidência alemã criticando a Agenda 2000 e o dossier agrícola:

Senhor Presidente, o Acordo de Berlim permitiu desbloquear os principais dossiers da União Europeia, mas não permitiu assegurar o futuro da União Europeia a longo e mesmo a médio prazo, porque o Acordo da Agenda 2000 ficou muito aquém daquilo que seria necessário.

Em primeiro lugar porque não foi capaz de fazer uma reforma de financiamento dos recursos próprios na base exclusiva do produto nacional bruto, que é a única base contributiva justa, equitativa e transparente.

Em segundo lugar não fez a reforma da Política Agrícola Comum que se impunha para fazermos frente a uma postura ofensiva na próxima ronda negocial do GATT.

Sem prejuízo dos esforços do senhor comissário Fischler, foi quase uma reforma do status quo que não assegurou o desejado equilíbrio entre agricultores, regiões e culturas e em que a agricultura mediterrânica ficou mais uma vez maltratada pela PAC, não assegurou a concretização, na prática, do modelo europeu de agricultura no âmbito do qual

quase nada foi feito para ajudar os pequenos agricultores e, finalmente, poucos foram os progressos em matéria de desenvolvimento rural.

Em terceiro lugar, com esta Agenda 2000 corremos o risco de caminhar para uma Europa mais desequilibrada e menos solidária.

Dou-lhe dois exemplos do país que melhor conheço, que é o meu.

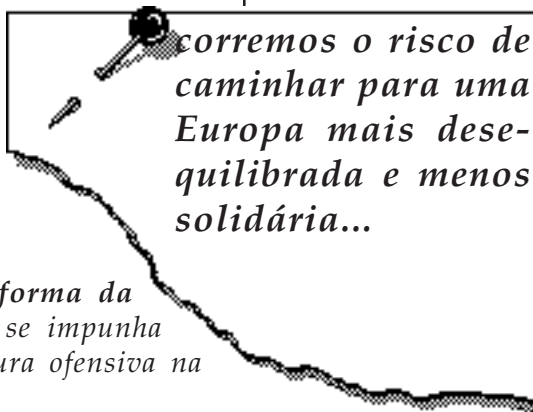
1º: todos os estudos concluíam que a economia portuguesa é a mais afectada pela concorrência dos novos países membros do Leste, mas nada foi feito para apoiar Portugal a este respeito.

2º: também nada foi feito para melhorar a situação da agricultura portuguesa, que é a mais deficitária, a mais atrasada e a menos favorecida pela PAC. Para além da quota do trigo rijo nada de relevante foi conseguido de específico para Portugal nesta reforma da PAC, ao contrário de alguns países, como a Itália ou a Espanha, que beneficiaram

de tratamentos específicos.

É certo que sofremos de uma grande incompetência e inabilidade negocial por parte do nosso governo, mas isso não justifica tudo.

Precisamos de uma Europa mais solidária para seguirmos em frente.



ELEITA NOVA COORDENAÇÃO DO GEPSD

Foi eleita a coordenação do GEPSD (Grupo Europeu do PSD).

Ficou assim constituída:

Coordenador:
José Pacheco Pereira

Coordenadores-Adjuntos:
Carlos Costa Neves
Carlos Coelho



Já pode ver a *Carta da Europa* na Net no site do PPE

Carlos Coelho interroga Vitorino



António Vitorino, o Comissário indigitado, foi escolhido nos termos do Tratado, de comum acordo entre o Presidente designado da Comissão Europeia, Romano Prodi, e o Governo português.

Após a sua designação cada Comissário teve de responder numa *audição parlamentar* destinada a avaliar se o candidato possuía as condições e o perfil adequado para o lugar.

Após as audições, cada Comissão informou a Presidente do Parlamento do seu parecer.

A COMISSÃO EUROPEIA para ser nomeada precisa de ser aprovada pelo Parlamento Europeu em votação realizada em Sessão Plenária.

O Comissário indigitado **António Vitorino** respondeu durante 3 horas à Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos.

O *exame*, após uma intervenção inicial do Comissário, foi iniciado com uma pergunta do Deputado **Carlos Coelho** que *Carta da Europa* reproduz na íntegra, tal como a resposta.

Coelho – Senhor Comissário indigitado, conhece bem esta Casa, sabe bem da relevância da relação entre a Comissão e o Parlamento. Gostaria de lhe perguntar se concorda com uma opinião que vi algures escrita segundo a qual grande parte dos principais progressos feitos na construção europeia se deram graças a uma coligação entre o Parlamento e a Comissão, à margem do Conselho? Nessa linha, pergunto-lhe se está em condições de passar da condição de adversário político para a de aliado institucional?

Na criação do Espaço de Segurança, de Liberdade e de Justiça há, naturalmente, uma questão de reconhecimento dos direitos dos cidadãos europeus que releva da ideia de cidadania europeia. A pergunta que lhe faço é se considera que há um sub-produto da sua acção e deste objectivo no que possa traduzir-se na **melhoria da eficácia dos aparelhos judiciais nos Estados membros?**

E, finalmente, das suas respostas escritas consta uma, **um pouco difusa relativamente à limitação da sua**

actividade partidária. O que é que isso significa? Significa, por exemplo, que recusará qualquer eleição para funções de dirigente nacional do Partido Socialista eleito em Congresso?



Vitorino, Comissário indigitado – Muito obrigado pela pergunta. Em relação ao papel do Parlamento e da Comissão no projecto do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, precisamos de estabelecer uma relação de confiança, o que não significa que estejamos sempre de acordo, mas significa que não escondemos os nossos desacordos e, sobretudo, temos em comum um ponto fundamental: os nossos grandes aliados têm que ser os cidadãos. Porque é em nome dos cidadãos e da exigência que os cidadãos fazem à União de terem mais liberdade, mais segurança e mais justiça que faz sentido estarmos aqui e que faz sentido trabalharmos para o projecto europeu nestas áreas que – se for confirmado – me serão confiadas.

não tenho a menor intenção de me envolver em disputas partidárias em Portugal.

António Vitorino

Estou convencido que esta dinâmica de criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça pode ajudar os sistemas judiciais dos Estados membros a modernizarem-se. Não vou agora desenvolver muito este tema, mas gostava de dizer que estou profundamente convencido que a natureza do crime, a natureza das ameaças à segurança dos cidadãos está a mudar rapidamente. E que a natureza dos instrumentos judiciais que os Estados membros dispõem para responder com eficácia ao crime não está a ser adaptada tão rapidamente quanto seria necessário e desejável.

E cabe-nos a nós, neste debate de criação de um Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, abrir novas pistas para a transformação dos sistemas judiciais nacionais para estes responderem com mais eficácia a novas ameaças, que são ameaças sofisticadas, que são ameaças com uma grande capacidade financeira e que são, cada vez mais, ameaças transnacionais, ameaças supranacionais.

Posso citar uma frase do director da EUROPOL, que um dia me impressionou muito: “Os Estados levaram 30 anos a perceber que o fenómeno do tráfico de droga era um fenómeno transnacional.” A democracia não pode pagar o preço de levar 30 anos a perceber que as novas formas de criminalidade são de natureza supranacional e que exigem respostas de natureza transnacional.

Quanto aos meus compromissos políticos nacionais, com toda a cordialidade gostaria de descansar o senhor Deputado afirmando que respeitarei escrupulosamente o código de conduta que foi aprovado pelos comissários, não negarei nunca a minha filiação política, não negarei nunca o meu contributo político, mas não tenho a menor intenção de me envolver em disputas partidárias no nosso querido país.

Pacheco Pereira e Costa Neves visitam

José Pacheco Pereira, na sua qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Europeu chefiou a delegação do Parlamento Europeu que visitou oficialmente Timor-Leste.

A delegação do PE, que contou também com a participação de **Carlos Costa Neves**, integrou-se no conjunto de personalidades do mundo inteiro que testemunharam o civismo, a alegria e o entusiasmo com que os timorenses exerceram o seu voto no referendo promovido pela ONU, decidindo soberanamente do seu destino.

Carta da Europa publica excertos do relatório do Vice-Presidente Pacheco Pereira e, na íntegra, as intervenções que os dois social-democratas produziram na Sessão Plenária de 15 de Setembro em Estrasburgo.

Pacheco Pereira - Senhor Presidente, queria, em primeiro lugar, como membro da missão deste Parlamento para a observação das eleições em Timor, dar apenas um pequeno dado testemunhal para todos compreenderem o que aconteceu em Timor. Praticamente todas as instalações onde a delegação do Parlamento Europeu esteve em Timor - as casas onde dormiu, os locais onde comeu, os sítios onde teve reuniões - estão neste momento destruídas. Talvez assim se compreenda a dimensão dos acontecimentos de Timor Leste.

Em segundo lugar, do ponto de vista político, há vários aspectos que são decisivos para a nossa actuação enquanto comunidade internacional. Porque a comunidade internacional não é uma abstracção, somos nós próprios. O primeiro é a compreensão exacta de que, **em Timor, não há uma guerra civil**. A Indonésia tentou levar-nos por essa via, que só não resultou porque no território estavam jornalistas e observadores internacionais. Não há guerra civil em Timor. Há um conflito entre o exército indonésio e a sua extensão - as milícias - e a maioria da população de Timor.

Segundo aspecto, não há, nem nunca houve, um problema de controlo da situação de paz e segurança em Timor por parte do exército indonésio. Pudemos observar que o exército indonésio, se quisesse,



A delegação do Parlamento Europeu com o Bispo de Baucau, D. Basílio do Nascimento (ao lado de Pacheco Pereira). À esquerda na primeira fila, o Deputado holandês Jules Maaten, à direita Carlos Costa Neves e, na última fila, Carlos Candal.

podia controlar a situação de paz e segurança no território. O que se passa é que **o exército não só não quis, como foi parte no próprio conflito**.

E, em último lugar, - e isto é que é importante para o futuro - a questão de Timor não fica resolvida apenas com a decisão do Conselho de Segurança do envio das forças para manutenção da paz. Há que ter consciência - e nós falamos com conhecimento do terreno - que essas forças vão encontrar oposição e vão provavelmente encontrar uma situação de conflito mais grave do que aquela que encontraram as forças no Kosovo.

Por isso, é necessária uma forte vontade política para suportar os passos seguintes da comunidade internacional para que não haja condições indonésias em relação à intervenção dessas forças e para que, seja qual for o grau de conflitualidade no território, se possa garantir a paz e a segurança aos

Não há guerra civil em Timor. Há um conflito entre o exército indonésio e a maioria da população de Timor.

Timorenses e o apoio humanitário e o desenvolvimento de que Timor tanto precisa. Este aspecto da vontade política é decisivo porque, infelizmente, vamos continuar a ouvir falar de Timor por muito mais tempo do que aquele que provavelmente desejaríamos.

Costa Neves - Senhor Presidente, integrei a delegação do Parlamento Europeu que, in loco, acompanhou a consulta ao povo de Timor Leste realizada a 30 de Agosto. Ali actualizei informação e

Timor-Leste em delegação oficial do PE

testemunhei a coragem, a convicção e a capacidade de resistência daquele povo. Resistiu a 24 anos de ocupação violenta da Indonésia, sofreu e morreu por querer ser ele próprio. Nunca baixou os braços, nunca baixou a cabeça. Com o despertar da comunidade internacional para a opressão da Indonésia, acreditou mais que a libertação chegaria. **Recenseou-se maciçamente e 98,6% foi às urnas. Fê-lo disciplinadamente, com felicidade no rosto, valorizando as garantias da comunidade internacional, pensando poder manifestar livremente a sua vontade e que esta seria respeitada.**

A manifestação da vontade pela independência foi clara, ampla e inequívoca. O dia seguinte não foi o da tranquilidade que se impunha. **A Indonésia não quis cumprir o compromisso formal assumido em Nova Iorque de garantir a segurança.** Daí o registo de milhares de mortos, centenas de milhares de refugiados indefesos, famintos, muitos deles feridos ou doentes. **Doze dias de genocídio é demasiado tempo sem corresponder à confiança que os timorenses depositaram na comunidade internacional e, portanto, também em nós, deputados ao Parlamento Europeu.**

Os timorenses têm direito a esperar que de imediato cesse a agressão de que são vítimas só porque manifestaram legitimamente a sua vontade. Têm direito a que se denuncie e incrimine em tribunal internacional os autores morais e físicos dos crimes cometidos. Nem os templos e os que neles procuraram refúgio escaparam, relevando que as milícias, mais do que uma criação das forças armadas indonésias, são por estas inspiradas, enquadradas, armadas e participadas. Vi tudo isto!

Que seja assegurada ajuda humanitária, assumindo a União Europeia papel de destaque. **Que a União Europeia apoie a reconstrução e participe, através de uma acção comum com a Comissão, no processo de desenvolvimento do novo Estado independente, a reconhecer de imediato.**

Claro que tudo isto pressupõe a deslocação imediata para Timor de uma força internacional de promoção de paz e que, com a chegada desta força, se retirem os militares indonésios.

O tempo urge, há fortes rumores de que todos dias partem de Timor embarcações cheias de passageiros que chegam ao destino sem eles. Para quê valas comuns? Somos co-responsáveis pelo que se passou, pelo que se passa e pelo que se virá a passar em Timor Leste.

EXCERTOS DO RELATÓRIO PACHECO PEREIRA

(...)

Os deputados do Parlamento Europeu encontraram-se com Xanana Gusmão, líder do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que se encontra em prisão domiciliária, em Jacarta. O Parlamento Europeu tem vindo a reclamar junto das autoridades indonésias a libertação de Xanana Gusmão. **Foi com enorme satisfação que os deputados do Parlamento Europeu tomaram conhecimento neste dia de que ele seria finalmente libertado no dia 15 de Setembro 1999.**

(...)

Xanana Gusmão agradeceu ao Parlamento Europeu por ter enviado observadores para Timor Leste e pediu aos deputados do Parlamento Europeu para desenvolverem a sua acção, no território, **com a maior visibilidade possível.** A presença de observadores internacionais dará ao povo de Timor Leste a confiança indispensável para dar resposta às ameaças e aos actos de intimidação levados a cabo pelos apoiantes da integração e para terem possibilidade de se exprimir no dia do escrutínio.

(...)

A principal preocupação durante todo o processo foi a falta de segurança que se fez sentir durante o recenseamento, a campanha e nos dias imediatamente anteriores e posteriores ao dia do escrutínio. A tensão e os incidentes violentos que se produziram entre os apoiantes da integração e os apoiantes da independência e em particular os actos de terror e intimidação levados a cabo pelas milícias pró-integracionistas, ameaçaram de tal maneira a realização do referendo que o dia do escrutínio foi adiado por duas vezes. De acordo com o que foi decidido entre a ONU, Portugal e a Indonésia, a obrigação de assegurar um ambiente calmo, sem violência ou intimidação, e a manutenção da lei e da ordem, incumbe às forças de segurança indonésias, **tendo como requisito essencial a sua neutralidade** assim como a da polícia indonésia. **Infelizmente, os agentes da polícia indonésia fizeram muito pouco para pôr termo aos actos de intimidação e de violência.**

(...)

Os deputados do Parlamento Europeu foram levados a crêr que toda a actividade das milícias pró-integracionistas estaria muito bem organizada em que não se poderia excluir que as suas armas e o suporte logístico provinha das forças armadas indonésias.

(...)

Os deputados do Parlamento Europeu ficaram impressionados pela elevada taxa de participação (99%) e pelo civismo das populações nas mesas de voto, que permaneceram abertas das 6h30 às 16 horas. Não foi observada qualquer irregularidade.

(Continua na pág. 7)

Resolução do PE sobre Timor-Leste

- Congratulando-se com o trabalho desenvolvido pela missão da ONU (UNAMET) durante a preparação e a realização do processo de consulta ao povo de Timor Leste, no respeito integral do Acordo de Nova Iorque,

- Considerando que 98,6% da população recenseada participou no referendo, apesar das ameaças e do clima de intimidação levado a cabo pelas milícias pró-integracionistas,

- Recordando que a UNAMET e os observadores internacionais, entre eles a delegação do Parlamento Europeu e a delegação do Conselho, reconheceram a legalidade e a validade do processo de consulta,

- Considerando que os resultados do referendo expressaram de forma clara a vontade dos timorenses a favor da independência, com 78,5% dos votos,

- Considerando que os resultados do referendo foram anunciados pelo Secretário- Geral da ONU e reconhecidos como válidos pelas Nações Unidas, pelo Presidente da Indonésia, por Portugal e pela comunidade internacional,

- Considerando que após o anúncio dos resultados do referendo as milícias pró-indonésias, enquadradas e reforçadas pelas autoridades policiais e militares indonésias, lançaram o terror no território, matando cidadãos indefesos, incendiando casas, desmembrando famílias, deportando populações e atacando a UNAMET, a Cruz Vermelha, os jornalistas e os observadores, entre outras graves violações dos direitos humanos,

- Constatando que o clima de terror e de barbárie permanece, continuando a impedir a segurança e a ordem no território e a dizimar milhares de vidas humanas, num quadro de emergência humanitária que está a pôr em causa a sobrevivência de todo um povo,

- Considerando que, objectivamente, a Indonésia violou o Acordo de Nova Iorque (artº3º), ao não assegurar a manutenção de paz e de segurança no território, por incapacidade ou por passividade ou, ainda, deliberadamente,

- Notando que há 24 anos a Indonésia ocupou ilegalmente o território de Timor Leste, sobre o qual não detém nenhum poder soberano, como atestam as resoluções das Nações Unidas que reconhecem Portugal como potência administrante,

- Considerando que, finalmente, em 12 de Setembro de 1999, a Indonésia reconheceu a necessidade da presença de uma força internacional de paz em Timor Leste,

- **Felicita** o povo de Timor Leste pelo comportamento exemplar que demonstrou durante o processo de consulta e pela elevada taxa de participação no referendo,

- **Reconhece** a vontade inequívoca e democraticamente expressa do povo de Timor Leste de se tornar independente e de criar um novo país,

- **Condena** veementemente os massacres e as acções criminosas perpetradas pelas milícias pró-indonésias, com

Exige da ONU um inventário das atrocidades perpetradas no território e a identificação dos responsáveis.

participação militar e policial da Indonésia, contra o povo de Timor Leste, que já provocaram a morte e a deslocação de um número indeterminado de pessoas,

- **Exige** que as Nações Unidas cumpram as responsabilidades que assumiram no Acordo de Nova Iorque (artigo 7º) e mantenham uma presença adequada em Timor Leste,

- **Apela** ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que não atrase por mais tempo o envio da força internacional de manutenção de paz e de segurança para Timor Leste, e solicita a todos os Estados-Membros que dêem o máximo apoio logístico e financeiro à força de manutenção da paz da ONU, a fim de acelerar a preparação da sua colocação no terreno ;

- **Regista** com agrado a decisão do FMI e do Banco Mundial de suspender o pagamento de empréstimos à Indonésia, previsto para Setembro, e solicita à Presidência do Conselho da União Europeia e apela à comunidade internacional – em particular às Nações

Unidas – para que, até à normalização da situação em Timor Leste, suspendam ou mantenham suspensas a cooperação militar, a exportação de armamento e as ajudas económicas à Indonésia, excepto as de natureza humanitária e as de apoio ao processo de transição para a democracia,

- **Apela** à Presidência do Conselho da União Europeia, à Comissão, aos Governos dos Estados-Membros e à comunidade internacional para imediatamente garantirem o apoio humanitário às populações de Timor Leste, promovendo, nomeadamente, o regresso dos deslocados e refugiados, bem como o acesso dos observadores internacionais, das ONG's e dos jornalistas àquele território,

- **Insta** o Conselho e os Estados-Membros da União Europeia a reconhecerem o Estado de Timor Leste e a estabelecerem as respectivas relações diplomáticas o mais rapidamente possível,

- **Exige** às Nações Unidas que procedam a um inventário das atrocidades perpetradas no território e à identificação dos seus responsáveis, e manifesta o seu apoio à proposta feita pelo Alto Comissário para os Direitos Humanos, Mary Robinson, no sentido da criação de um tribunal internacional ad-hoc para Timor Leste ;

- **Solicita** à União Europeia que dê o seu acordo a um programa de assistência económica e a um programa de reconstrução da sociedade civil em Timor Leste, através de uma acção comum,

- **Propõe-se** inscrever no Orçamento da União Europeia para o ano 2000 uma verba de apoio à reconstrução, à actividade económica e ao processo de constituição do Estado de Timor Leste,

- **Encarrega** a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Parlamentos dos Estados-Membros, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, ao governo da Indonésia, à ASEAN e ao líder da resistência timorense, Xanana Gusmão.

Comissão Prodi investida no PE

José Pacheco Pereira, Coordenador do GEPSD, usou da palavra na Sessão Plenária para apoiar a designação da Comissão Prodi.

O Parlamento viria a aprovar a Comissão presidida pelo antigo chefe do governo italiano Romano Prodi por 414 votos a favor, 142 contra e 35 abstenções.

Carta da Europa publica na íntegra a intervenção de Pacheco Pereira:

Senhor Presidente, Senhor Presidente indigitado da Comissão, iniciou a sua intervenção falando de Timor. Agradeço-lhe o interesse e apelo a que a Comissão

compreenda com clareza que a questão de Timor, infelizmente, vai continuar aberta durante algum tempo e exige urgência no duplo sentido humanitário e no sentido político e de segurança, na medida em que o anúncio da intervenção de uma força internacional não garante de persi as condições de segurança no território, porque ela deverá intervir sem qualquer espécie de condição imposta pelas autoridades indonésias e a urgência do apoio humanitário é URGÊNCIA no seu verdadeiro sentido. Posso afirmá-lo como testemunha pessoal, em nome deste Parlamento, da votação em Timor. A situação é muito grave e exige uma intervenção imediata e uma



Romano Prodi, Presidente da Comissão, com a Presidente do Parlamento, Nicole Fontaine no hemiciclo do Parlamento Europeu alguns momentos após a proclamação do resultado da votação

pressão de todas as instituições europeias, permanente e imediata, porque nem tudo está já garantido.

O início do trabalho de uma nova Comissão é um momento de esperança para a Europa. Sabemos que as circunstâncias em que a proposta de composição da Comissão chega a este Parlamento não foram as melhores. Sabemos e reafirmámos as legítimas dúvidas pelos critérios que presidiram à indicação individual dos membros pelos governos e vemos com preocupação que a composição da Comissão não tem em conta os resultados das últimas eleições europeias, nem a tradição anterior de maior pluralismo político.

Mas essas objecções não significam que não desejemos um bom trabalho à Comissão. A passagem do século na Europa será decisiva. Desejamos que a Comissão consiga defrontar aquilo que provavelmente será a sua principal missão, que é conciliar a coesão económica e social com o alargamento.

Sem conseguir cumprir estes dois objectivos de forma coerente e integrada muito dificilmente se fará corresponder as fronteiras de uma Europa política e de bem-estar às fronteiras geográficas da Europa.

Conscientes de que esta é a principal tarefa da Comissão, manifestamos ao

*senhor Professor Prodi e aos membros da Comissão o desejo de bom trabalho e declaramos que **contará com o voto dos deputados portugueses do Partido Popular Europeu.***

(continuação da pág. 5)

RELATÓRIO PACHECO PEREIRA

Os membros das mesas de voto foram de uma alta competência e eficácia. Os idosos e os deficientes foram alvo de uma atenção particular.

(...)

De uma maneira geral, o dia do referendo desenrolou-se de uma maneira pacífica e satisfatória. Os militares e a polícia indonésias actuaram de uma maneira correcta. No dia seguinte, porém, as milícias retomaram as suas actividades e a situação foi-se degradando perigosamente nos dias seguintes.

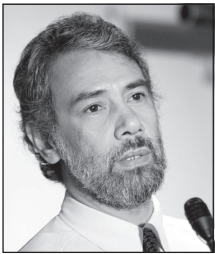
No dia 31 de Agosto 1999, no caminho de regresso de Los Palos a Dili, a delegação do Parlamento Europeu deu conta de vários grupos de milícias, tendo sido forçada a

parar numa barricada que obstruía a estrada perto de Manatuto, só podendo prosseguir quando foi reconhecida como uma delegação de observadores internacionais.

(...)

A comunidade internacional vê-se confrontada com um verdadeiro desafio. A situação em Timor Leste tem se deteriorado drasticamente nos últimos dias e não será suficiente apenas continuar a pressionar as autoridades indonésias para que cumpram as suas obrigações internacionais e mantenham a ordem pública no território.

Independentemente da questão de saber se as forças indonésias em Timor Leste terão vontade ou a capacidade de controlar a situação, é neste momento imperativo que uma força de paz seja enviada o mais rapidamente possível.



Prémio Sakharov para XANANA GUSMÃO

Os Deputados do PSD propuseram no seio do PPE que este grupo (que é o maior Grupo Parlamentar no Parlamento Europeu) **propusesse e apoiasse a indicação de Xanana Gusmão para que lhe seja atribuído o Prémio Sakharov.**

Os outros Deputados portugueses tomaram iniciativas convergentes nos respectivos Grupos Políticos no que constituiu uma **iniciativa concertada do Lobby português na defesa da causa de Timor-Leste.**

A decisão final será tomada na reunião da Conferência de Líderes de 28 de Outubro e o prémio será atribuído na Sessão Plenária de Dezembro em Estrasburgo (entre os dias 13 e 17).

O que é o Prémio Sakharov ?

Atribuído pela primeira vez em 1988, o **Prémio Sakharov** é uma distinção concedida pelo Parlamento Europeu todos os anos para promover a "*liberdade de espírito*" reconhecendo o mérito a estudos ou acções que:

- defendam a liberdade da pesquisa e investigação científica
- defendam os direitos do Homem e o respeito pelo direito internacional
- a prática dos governos face à letra das suas Constituições

O **Prémio** pode ser atribuído a personalidades, grupos, associações ou organizações de qualquer nacionalidade.

As candidaturas devem ser subscritas por, pelo menos, 25 Deputados, e são apreciadas pela Comissão de Negócios Estrangeiros que propõe 3 nomes por ordem alfabética à Conferência de Líderes que decide.

Foram os seguintes, os laureados desde a criação do **Prémio**:

- 1988 - Nelson Mandela (e Anatoli Marchenko, a título póstumo)
- 1989 - Alexander Dubeck
- 1990 - Aung an Suu KYi
- 1991 - Adem Demaçi
- 1992 - Las Madres de la Plaza de Mayo
- 1993 - Oslobodjenje
- 1994 - Taslima Nasrim
- 1995 - Leyla Zana
- 1996 - Wei Jingsheng
- 1997 - Salima Ghezali
- 1998 - Ibrahim Rugova

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCosta Neves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Fernando Reis

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: FReis@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

rue Wiertz - A 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551